Comunicação e sociedade

42 | 2022
Crime, Justiça e Média

Estão Representados Mediaticamente, Logo Existem: Protestos de Hong Kong em 2019 no *Correio da Manhã* e no *Jornal de Notícias*

They Are Represented in the Media; Therefore They Exist: Hong Kong Protests in 2019 in Correio da Manhã *and* Jornal de Notícias

Célia Belim e Artur Simões

Edição electrónica
URL: https://journals.openedition.org/cs/7936
ISSN: 2183-3575

Tradução(ões):
They Are Represented in the Media; Therefore They Exist: Hong Kong Protests in 2019 in *Correio da Manhã* and *Jornal de Notícias* - URL : https://journals.openedition.org/cs/7931 [en]

Editora
Centro de estudos de comunicação e sociedade

Edição impressa
Data de publição: 16 dezembro 2022
Paginação: 27-48
ISBN: 2183-3575
ISSN: 1645-2089

Refêrencia eletrónica
Célia Belim e Artur Simões, «Estão Representados Mediaticamente, Logo Existem: Protestos de Hong Kong em 2019 no *Correio da Manhã* e no *Jornal de Notícias*», *Comunicação e sociedade* [Online], 42 | 2022, posto online no dia 16 dezembro 2022, consultado o 02 fevereiro 2023. URL: http://journals.openedition.org/cs/7936

Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional - CC BY 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Comunicação e Sociedade, vol. 42, 2022, pp. 27–48
https://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).4001

Estão Representados Mediaticamente, Logo Existem: Protestos de Hong Kong em 2019 no *Correio da Manhã* e no *Jornal de Notícias*

Célia Belim
Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, recursos, software, supervisão, validação, visualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Artur Simões
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, recursos, software, supervisão, validação, visualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Resumo

Este artigo pretende entender como o *Correio da Manhã* (CM) e o *Jornal de Notícias* (JN) representam os protestos de Hong Kong entre 31 de março e 29 de novembro de 2019, conhecendo a agenda que envolve a sua representação e identificando os enquadramentos. Recorrendo à análise de conteúdo, os resultados sugerem uma perspetiva sobretudo neutra de ambos os jornais, denotando-se ligeira inclinação pró-governo do JN e pró-democracia do CM. Também há diferença na seleção de fontes: o JN incluiu fontes em quase 75% das suas notícias, preferindo fontes anti- protesto, ao passo que o CM convocou fontes em quase 60% das suas peças, com tendência para selecionar fontes pró-protesto. Contudo, nota-se, nos dois jornais, a descrição de um cenário violento quer dos manifestantes quer do governo. As causas dos protestos são quase inteiramente atribuídas ao governo ou a indivíduos de Hong Kong, sendo raras as atribuições a elementos externos. É também atribuída a Hong Kong e aos seus cidadãos a responsabilidade pela solução dos protestos. Encontra-se uma descrição tendencialmente negativa tanto do governo como, de forma menos acentuada, dos manifestantes. Apuram-se relações estatisticamente significativas entre jornal e fonte; jornal e menção das causas do protesto; fontes e descrição do comportamento dos manifestantes; descrição do comportamento dos manifestantes e menção das causas do protesto.

Palavras-chave
representação mediática, protestos de Hong Kong, paradigma do protesto, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*

They Are Represented in the Media; Therefore They Exist: Hong Kong Protests in 2019 in *Correio da Manhã* and *Jornal de Notícias*

Abstract

This article seeks to understand how *Correio da Manhã* (CM) and *Jornal de Notícias* (JN) represent the Hong Kong protests between March 31 and November 29, 2019, by understanding the agenda surrounding their representation and identifying framings. Through content analysis, the results suggest a mainly neutral perspective of both newspapers, denoting a slight pro-government bias in JN and pro-democracy bias in CM. There is also a difference in the selection of sources: JN included sources in almost 75% of its news pieces, preferring anti-protest sources, whereas CM named sources in almost 60% of its pieces, with a tendency to select pro-protest sources. However, in both newspapers, there is a description of a violent scenario from both protesters and the government. The causes of the protests are almost entirely attributed to the government or individuals in Hong Kong, with rare attributions to external elements. Hong Kong and its citizens are also blamed for resolving the protests. There is a tendency towards a negative description of the government and, to a lesser extent, the protesters. Statistically significant associations are identified between newspaper and source; newspaper and mention of the protest causes; sources and description of protesters' behaviour; description of protesters' behaviour and mention of the protest causes.

Keywords
media representation, Hong Kong protests, protest paradigm, *Correio da Manhã*, *Jornal de Notícias*

1. Introdução

O número de protestos em todo o mundo mais do que triplicou entre 2006 e 2020, estando-se a viver um período da história, como os anos por volta de 1848, 1917 ou 1968, "quando um grande número de pessoas se rebelou contra a forma como as coisas eram, exigindo mudanças" (Ortiz et al., 2022, p. 112). Este crescendo de protestos pode justificar-se, como refere Burke na peça de Taylor (2021), porque "muitos líderes no governo e nas empresas não estão a ouvir" (para. 4).

O protesto dos cidadãos de Hong Kong, ocorrido entre 2019 e 2020, não tem precedentes em termos de duração do movimento, número de manifestantes, número de pessoas presas, vandalismo em massa, violência dos manifestantes e alegada força excessiva usada pela polícia (Shek, 2020). O historial de protestos da população de Hong Kong, o protesto ser uma das poucas formas de estes cidadãos mostrarem a sua opinião, a desidentificação como chineses (Cheung & Hughes, 2019), o prolongamento dos protestos (Reuters Staff, 2020), indiciando a resiliência dos participantes, são alguns dos fatores que justificam o catapultamento destes protestos para a agenda mediática e a sua configuração como objeto de estudo.

Segundo Lee (2014), a frequência de manifestações na região administrativa especial em estudo torna-a um território atrativo para analisar assuntos que são foco de

cobertura mediática de protestos. Kuah-Pearce (2009) apontou também a importância de Hong Kong para o ativismo sob a forma daquele tipo de ação influenciadora, pois a liberdade da qual desfruta desde a sua descolonização pelo império britânico, uma crescente consciência política derivada do medo do comunismo promovido pela China — exacerbado pelo massacre de Tiananmen de 1989 — e a expansão da classe média educada em Hong Kong motivaram uma maior atividade política, resultando em vários protestos ao longo dos anos.

Neste contexto, este estudo foca-se nos mais recentes protestos de Hong Kong, que começaram no último dia de março de 2019 após a proposta pelo governo de Hong Kong de um projeto de lei de extradição. Temia-se que este projeto de lei abrisse Hong Kong ao alcance da lei chinesa e que os *hong kongers* se sujeitassem a um sistema legal diferente, prejudicando a autonomia da região e os direitos dos cidadãos. Os relatos de ataques a manifestantes, prisões de ativistas e problemas nas comunicações durante os protestos preocuparam especialistas em direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que advertiram que "o caminho a seguir não é a repressão de vozes dissidentes nem o uso de força excessiva" (ONU News, 2019, para. 6).

Assim, a pergunta de partida que orienta a investigação é: como é que os jornais *Correio da Manhã* (CM) e *Jornal de Notícias* (JN) representam os protestos de Hong Kong entre 31 de março e 29 de novembro de 2019? Pretende-se estudar a forma como os protestos foram representados no CM e no JN. Como objetivos específicos, listam-se:

1. conhecer a agenda que envolve a representação dos protestos de Hong Kong no CM e no JN, entre 31 de março e 29 de novembro de 2019; e
2. identificar os enquadramentos adotados na representação dos protestos de Hong Kong nos jornais CM e JN, entre 31 de março e 29 de novembro de 2019.

O método usado é o quantitativo, integrando a análise de conteúdo baseada no trabalho de Du et al. (2018), que se aplica ao caso português.

Como âncora teórica, esta investigação inspira-se: (a) na hipótese/teoria do agendamento (e.g., McCombs & Shaw, 1972), que permite perceber que componentes da agenda (e.g., assunto, fonte) são apresentadas nas notícias; (b) na abordagem dos enquadramentos (Entman, 1993), que densifica o estudo com os aspetos jornalísticos selecionados e salientados; e (c) na abordagem do paradigma do protesto, de Du et al. (2018), que a aliam à abordagem dos enquadramentos para analisar a representação jornalística dos protestos de Hong Kong designados "Occupy Central", utilizando uma metodologia passível de ser aplicada ao exemplo português, como esta investigação se propõe fazer.

2. A Representação Noticiosa do Protesto: Uma Faca de Dois Gumes

Os protestos são formas estratégicas de ação designadas para influenciar a tomada de decisão, de forma direta ou influenciando a opinião pública através do uso dos média, incluindo a internet (Hanna et al., 2016). A cobertura noticiosa é fundamental para a viabilidade de um protesto (Kilgo & Harlow, 2019), mas, paradoxalmente, pesquisas sugerem que os média representam, negativamente, protestos e manifestantes que desafiam o status quo — padrão conhecido como "paradigma do protesto".

Em Hall (2009), representação é o processo através do qual membros de uma cultura usam linguagem para produzir significado (pp. 60–61). Isto significa que objetos, pessoas e eventos (e.g., o protesto) no mundo não têm um significado fixo, final e verdadeiro.

No ecossistema mediático, as representações estão frequentemente em sintonia com os interesses dos grupos mais poderosos, ignorando as vozes mais pequenas e representações de minorias (Prieler, 2020). Para Prieler (2020), o problema da representação mediática é esta reproduzir repetidamente estereotipias de grupos menos privilegiados. Este é um problema agravado pelo impacto social advindo do modo como certos grupos são representados mediaticamente, especialmente quando a audiência teve poucas experiências pessoais com os grupos representados ou quando os grupos atuam em áreas geográficas distantes.

Representar implica enquadrar e enquadrar implica selecionar. A definição de enquadramento apontada como a mais influente é a de Entman (Matthes, 2009): o autor esclarece que enquadrar é selecionar alguns aspetos de uma realidade interpretada e salientá-los num texto comunicativo, de forma a promover (a) a definição de um problema — determinar o que um agente causal está a fazer, com que custos e benefícios; (b) a interpretação causal — identificar as forças que criam o problema; (c) a avaliação moral — avaliar os agentes causais e os seus efeitos; e/ou (d) a indicação da solução — apresentar e justificar soluções para os problemas e prever os seus efeitos prováveis (Entman, 1993).

No contexto de codificação, a agenda mediática, sendo "uma lista hierarquizada de matérias (temas, assuntos, problemas), personagens, ações, posicionamentos (de fontes, por exemplo), de decisões dignos do palanque e dos holofotes mediáticos" (Belim, 2014, p. 128), expõe representações. No caso da presente investigação, a agenda mediática que importa é a portuguesa (CM e JN) sobre os protestos de Hong Kong em 2019. Os média estabelecem uma pirâmide com matérias dignas de atenção, de consumo e de conhecimento informativos (Belim, 2014, p. 128) e esta agenda mediática influi na agenda pública — teoria do agendamento. Daí que as representações mediáticas de certa ação (como o protesto) influenciam a agenda pública, notando-se que a forma como a mensagem do protesto é interpretada pelo público está além do controlo dos manifestantes.

Os julgamentos públicos sobre o protesto são moldados por jornalistas. Os contestatários dependem dos média para comunicar com potenciais apoiantes, ampliar o escopo do conflito e obter legitimidade (Gamson & Wolfsfeld, 1993; Lipsky, 1968). Essa atenção mediática pode ser uma faca de dois gumes, pois a cobertura mediática pode diminuir um movimento social em vez de o fortalecer (Boykoff, 2007).

O paradigma do protesto é uma estrutura que os estudiosos dos média usaram para entender os tipos específicos de enquadramento que os média noticiosos costumam usar para enfraquecer a legitimidade, obscurecer as preocupações sociais/políticas de um protesto ou ambos. Formulado após o estudo dos protestos da Golden Jubilee School, em Hong Kong, no final dos anos de 1970, este fenómeno engloba um padrão de criação de notícias que se foca nos aspetos mais violentos dos protestos: descreve-os com um estilo semelhante ao utilizado em notícias sobre crimes, sublinha a ignorância dos manifestantes, caracteriza os protestos como ineficazes, foca-se nos aspetos dramáticos dos protestos, ignorando a causa subjacente, invoca a opinião pública contra

as manifestações e prioriza fontes que apoiam o governo (McLeod & Hertog, 1998). O paradigma constitui um paradoxo: os protestos devem adaptar-se e apelar à lógica mediática para receber cobertura, mas, quando o fazem, a representação noticiosa tende a demonizar os manifestantes, caracterizando-os como ameaças à sociedade, marginalizando as suas vozes e relatando de forma insuficiente ou inadequada as suas queixas, reivindicações e agendas (Kilgo & Harlow, 2019).

A pesquisa identificou três abordagens que os jornalistas adotam ao representar protestos: até que ponto os objetivos e ações dos protestos são (a) apoiados, (b) politizados e (c) moralizados dentro das fronteiras culturais (Chan & Lee, 1984). Os investigadores descobriram que os enquadramentos noticiosos de protesto se imbuíam da ideologia política de um jornal (Chan & Lee, 1984). Os jornais de direita enfatizavam a ordem social e o status quo, enquanto jornais de esquerda privilegiavam a perspetiva do protestante. Contudo, táticas de marginalização, antes usadas contra protestos de esquerda, foram adotadas por um canal noticioso de cabo de esquerda, o MSNBC, para representar o movimento Tea Party (Weaver & Scacco, 2013).

Muitos investigadores explicaram que grupos de movimentos sociais com pontos de vista contrários aos das fontes da elite tendem a receber cobertura mediática desfavorável (e.g., Entman & Rojecki, 1993; Olien et al., 1989; Oliver & Myers, 1999; Smith et al., 2001). Os média americanos, em geral, servem como protetores do status quo nos casos de protestos mais perturbadores (Chan & Lee, 1984). A pesquisa também indicou que os média noticiosos, geralmente, tendem a apoiar o status quo, em vez de o desafiar (Donohue et al., 1995).

O apoio ao status quo pode resultar de muitas influências que têm sido estudadas com grande detalhe, incluindo fatores práticos como práticas jornalísticas (Gandy, 1982; Gans, 1979; McManus, 1990), relações dos média com as elites (Gamson & Wolfsfeld, 1993) e a influência de notícias pré-empacotadas (Turk, 1986). Além disso, embora a atenção dos média normalmente seja necessária para a mobilização de apoio a um grupo sociopolítico (Gamson & Meyer, 1996; McCarthy et al., 1996), grupos politicamente "desviantes" tendem a receber um tratamento desproporcionalmente desfavorável quando cobertos (e.g., Baylor, 1996).

As elites mediáticas usam dispositivos de "marginalização" para enquadrar as narrativas. A cobertura não enfatiza as causas dos protestos, incluindo as questões que legitimam o propósito de um protesto, e, em vez disso, enfatiza os próprios manifestantes, especialmente se ocorrer violência. Os média privilegiam a violência para mostrar o desvio das táticas de protesto (Smith et al., 2001).

Os investigadores do paradigma do protesto descreveram uma "caixa de ferramentas" de enquadramentos mediáticos, que os jornalistas usam para salientar o desvio e/ou minimizar as preocupações dos manifestantes, além dos dispositivos de "violência". Dardis (2006) identifica ferramentas comuns de marginalização com foco na aparência ou nas habilidades mentais dos manifestantes; eventos de protesto como carnavais; opinião pública e julgamento; estatísticas, generalizações e relatos de testemunhas oculares para combater a causa dos manifestantes; e contra-manifestações (pp. 120–122). Os jornalistas também tendem a confiar fortemente em fontes oficiais que são privilegiadas em detrimento da experiência do manifestante (McLeod & Detenber, 1999).

Muitas pesquisas focaram-se na cobertura mediática de eventos de protesto e revelaram que pode haver deslegitimação dos manifestantes (e.g., Hertog & McLeod, 1995; McLeod & Hertog, 1992; Murdock, 1981). Por exemplo, no estudo de Kilgo e Harlow (2019), os resultados sugerem que a cobertura mediática de protestos centrados em questões raciais (discriminação de indígenas e racismo anti-negro) segue mais um padrão deslegitimador do que histórias sobre protestos relacionados com os direitos dos imigrantes, saúde e meio ambiente. Portanto, nota-se uma relação entre a temática e a deslegitimação do protestante.

Outras relações entre variáveis são apuradas no âmbito do paradigma do protesto. Lee (2014), aplicando a análise de conteúdo a quatro jornais, conclui que várias características do paradigma do protesto tinham maior probabilidade de surgir quando os protestos envolviam táticas radicais — as notícias sobre esses protestos tendiam a referenciar violência ou disrupção. Nesse tópico, Boyle et al. (2012) apontam um desafio enfrentado pelos manifestantes: a cobertura jornalística ajuda a que os autores do protesto atinjam o seu objetivo, mas este atingimento pode não acontecer a não ser que estes recorram a ações dramáticas ou até violentas.

Boyle et al. (2012) notam uma variação da representação mediática de acordo com o nível de desvio social do protesto em questão. Os autores identificam, neste sentido, dois fatores que influenciam a aplicação do paradigma do protesto: o grau de radicalidade do grupo protestante e o tipo de protesto. Boyle et al. (2012) observam que a cobertura de protestos que procuram reforma moderada ou mudanças radicais é feita de forma mais crítica, enquadrada de forma episódica e com menor probabilidade de utilizar manifestantes como fontes. Lee (2014) esclarece, no entanto, que, apesar de a cobertura noticiosa de protestos radicais dar menor atenção às vozes dos contestatários, isto não sucede necessariamente devido à função de controlo social dos média, mas devido às maiores dificuldades sentidas pelos jornalistas em falar com manifestantes durante protestos radicais: manifestações que envolvem marchas tendem a receber uma cobertura noticiosa mais focada nos autores do protesto, em virtude da conveniência que as marchas proporcionam aos jornalistas que querem obter testemunhos. O autor observa, também, que artigos noticiosos que incluem uma resposta do alvo do protesto tinham maior probabilidade de mencionar violência ou perturbação social no título/lead ou noutra parte do artigo, partilhar menos testemunhos de fontes contestatárias e fornecer mais testemunhos negativos de espetadores (Lee, 2014). Adicionalmente, o teórico conclui que, quando o descontentamento público é alto, os artigos noticiosos contêm mais testemunhos de fontes protestantes; e que as diferenças entre jornais com posições políticas diferentes não são absolutamente claras, mas podem ser mais evidentes quando os protestos abordam questões políticas.

Gamson e Wolfsfeld (1993) reuniram literatura científica de forma a descrever como os movimentos sociais interagem com os média, bem como o efeito dessa interação para ambas as partes. Descrevem esta interação como uma transação entre dois sistemas complicados, cada um com as suas próprias relações internas intrincadas. Para os autores, existe uma interdependência entre os média e os manifestantes, sendo que estes últimos precisam mais dos primeiros. Esta maior dependência deve-se a três fatores: (a) mobilização — os média são necessários para os movimentos sociais devido

à sua capacidade de transmitir uma mensagem consolidada a um segmento do público ao qual, através dos canais disponíveis aos autores do protesto, não conseguiriam chegar; (b) validação — a atenção dos média valida a importância de um movimento social e é frequentemente um fator necessário para que alvos influentes reconheçam e respondam aos protestos, por isso um protesto sem cobertura mediática é, para os autores, um não evento; e (c) alargamento dos parâmetros — tornar um conflito mais público e envolver terceiros equilibram as relações de poder entre os contestatários e os alvos do protesto. Aqui, importa a atenção dos média, como também o conteúdo da cobertura jornalística: conquistar a empatia pública é uma necessidade dos manifestantes que os média podem satisfazer (Gamson & Wolfsfeld, 1993).

Já no sentido oposto desta relação, os média podem encontrar a oportunidade para uma peça noticiosa nos movimentos sociais, já que estes envolvem drama, conflito e ação (Gamson & Wolfsfeld, 1993). A assimetria na interdependência entre as duas partes confere maior poder aos média. Esta relação de poder conduz a que os ativistas encarem os média como agentes dos grupos dominantes contra os quais protestam, sendo concomitantemente um canal e um alvo (Gamson & Wolfsfeld, 1993).

Tentando entender como os jornalistas do *The New York Times* adotaram e empregaram diferentes enquadramentos noticiosos durante diferentes fases dos protestos Occupy Wall Street, Gottlieb (2015) recorreu à técnica da análise de conteúdo. À medida que o movimento cresceu, o investigador conclui que os jornalistas se concentraram nos motivos económicos subjacentes às manifestações, como a desigualdade económica ou os resgates dos bancos. Quando o movimento atingiu o seu pico, a atenção dos jornalistas focou-se na crescente violência entre os manifestantes e as forças policiais. O autor sugere que táticas de protesto confrontativas (e.g., ser detido) aumentam a atenção mediática do protesto, com o custo de que este perde o controlo sobre o enquadramento narrativo na cobertura noticiosa dominante. Também nota: (a) a correlação entre o número de histórias sobre os protestos Occupy Wall Street e o número de detenções; (b) as detenções aumentam a atenção mediática conferida ao protesto e à sua mensagem e aumentam, adicionalmente, a atenção concedida pelos jornais ao conflito; (c) diferenças na relação entre género jornalístico escolhido e assunto: as notícias sobre eventos particulares focam mais os confrontos entre ativistas e polícia, enquanto os editoriais consideram os temas económicos dos protestos; (d) os manifestantes conseguem fazer-se ouvir escalando o conflito e sendo detidos, mas os jornalistas tendem a focar-se no conflito em vez dos problemas que o originaram, em particular quando as táticas usadas pelos contestatários não são inovadoras, quando o estado ou outros atores reprimem o protesto, ou quando o interesse público em relação ao protesto diminui.

Sobre a atuação do paradigma do protesto na cobertura de notícias internacionais, Du et al. (2018), no contexto dos protestos que ocorreram em Hong Kong em 2014, Occupy Central, examinam, através da análise de conteúdo, como foram enquadrados nas notícias em quatro regiões: Estados Unidos da América, Reino Unido, China continental e Hong Kong. Concluem que as notícias, produzidas pelos média de sociedades democráticas, posicionam-se mais a favor dos manifestantes e críticos das ações tomadas pelo governo de Hong Kong. Esta evidência sugere que uma ideologia dominante pode influenciar o enquadramento dos média em relação a temas politicamente sensíveis.

Focando-se no discurso dos média portugueses (Lusa, jornais, televisão) acerca da atividade policial em grandes eventos políticos, durante 2012, Pais et al. (2015) tentam caracterizá-lo através da técnica de análise de conteúdo. Apuraram que a tónica dos discursos produzidos pelos jornais é mais negativa do que positiva, ao contrário dos restantes órgãos de comunicação social, dando ligeiramente maior prevalência às fontes policiais e apontaram que os órgãos informativos prestaram pouca atenção aos objetivos que se pretendiam alcançar com a realização dos eventos, sendo residual a sua menção nas notícias (Pais et al., 2015).

3. Método

Na análise de conteúdo conduzida, atendeu-se a duas qualidades apontadas por Bell et al. (2018): a objetividade e a sistematização (p. 280). A objetividade significa que as regras convocadas para a escolha do material de análise (como notícias de jornal) são especificadas a priori. Assim, os autores referem-se à transparência dos procedimentos que orientam a organização do material de análise em categorias, para que a parcialidade pessoal do analista tenha o mínimo impacto possível no processo. A "sistematização" significa que a aplicação das regras é feita de forma consistente para que a parcialidade seja, novamente, minimizada.

A escolha dos jornais CM e JN deve-se a serem os jornais diários mais vendidos em banca (Durães, 2022). O estudo dos dois jornais mais vendidos confere a possibilidade de estudar como os protestos foram descritos a um considerável número de leitores. Além deste destaque, no ano de eclosão dos protestos de Hong Kong e, portanto, no ano em estudo, o CM é o jornal mais lido na internet e o JN o quinto (Correio da Manhã, 2019). Editorialmente, o Correio da Manhã (2015) defende "o valor absoluto da notícia, como componente essencial da transparência democrática" (para. 1), "a necessária independência (...) perante todas as formas de poder" (para. 1) e o valor do pluralismo, cultiva o jornalismo de investigação "para o necessário escrutínio da vida pública e como forma de controlo pelos cidadãos contra eventuais abusos de poder, autoridade ou posição dominante" (para. 3) e busca "um olhar português sobre o pulsar contínuo do País e do Mundo" (para. 6). Por sua vez, o JN (Jornal de Notícias, s.d.) define-se como "publicação periódica informativa e não doutrinária" (para. 1), "independente do poder político (...) e de grupos económicos, sociais e religiosos" (para. 2), "regendo-se por critérios de pluralismo, isenção e apartidarismo" (para. 2) e adotando uma informação "rigorosa e competente", "equilibrada" e "objetiva" (para. 3).

O período considerado nesta análise, e que se reflete no corpus, compreende o período entre o primeiro grande protesto, no dia 31 de março de 2019, e o último dia do cerco da polícia à Universidade Politécnica de Hong Kong (PolyU), a 29 de novembro de 2019 (Reuters Staff, 2020). Assim, estão englobados os incidentes mais marcantes do movimento, como o protesto de 9 de junho que contou com mais de meio milhão de manifestantes; a primeira morte de um estudante durante os protestos, no dia 8 de novembro; e o cerco policial à PolyU, entre os dias 17 e 29 de novembro (Reuters Staff, 2020). A esmagadora vitória dos pró-democratas nas eleições distritais no dia 31 de novembro, bem como a derrota dos estudantes barricados na PolyU face às forças

policiais, motivaram um esmorecimento dos protestos nos meses seguintes (Reuters Staff, 2020; Taylor & Zhao, 2020).

Ambos os jornais oferecem versões digitais, equivalentes às edições impressas, das quais são obtidas as notícias. A edição digital do CM inclui a opção de pesquisar por palavra-chave num intervalo de tempo particular. A palavra-chave utilizada na pesquisa é "Hong Kong", partindo-se do pressuposto de que qualquer artigo acerca dos protestos mencionará Hong Kong no título ou no corpo da notícia. Após essa pesquisa, quaisquer artigos que não sejam pertinentes ao estudo serão manualmente descartados (e.g., notícias que se refiram a ameaças da China continental a países que apoiem os protestos e outras peças que se focam mais no impacto dos protestos nas relações internacionais do que nos protestos em si). O JN não oferece tal opção de pesquisa, pelo que as notícias foram extraídas através da perscrutação de todas as edições diárias do período em análise. Após o processo descrito, o corpus compõe-se de: 71 artigos do CM e 67 artigos do JN, notando-se equilíbrio numérico entre os dois jornais.

A inspiração metodológica para a análise de conteúdo do presente artigo tem como base primária o estudo de Du et al. (2018). Neste, os autores combinam o conceito de enquadramento e o paradigma do protesto, questionando a atuação deste último na cobertura de notícias internacionais, havendo, aqui, uma oportunidade de aplicar a lógica analítica do estudo mencionado ao caso português. A unidade de análise é o item, neste caso o artigo noticioso.

Kobland et al. (1992), nos quais Du et al. (2018) se inspiram, apontam alguns desafios que surgem com as diferentes abordagens metodológicas à análise de conteúdo de mensagens mediáticas. Uma dessas abordagens envolve aplicar uma análise de conteúdo, na qual a enumeração é construída a partir de dados discretos ou quantificáveis, um método posto em causa pela sua suposição de que a frequência é uma condição suficiente para tirar conclusões a partir do material em análise — o resultado de uma análise baseada em dados, como palavras ou frases, consegue apenas explicitar a estrutura superficial dos termos utilizados na imprensa, não conseguindo captar implicações semânticas mais subtis presentes no discurso jornalístico. Por outro lado, existe a abordagem na qual o texto é analisado como um todo, revelando a forma como eventos são apresentados ao longo do curso do texto. Esta opção pode, no entanto, viabilizar uma análise demasiado entregue a impressões passageiras ou generalizações casuais emergentes de instâncias únicas (Kobland et al., 1992). Os autores sugerem, então, uma análise temática que combine as duas abordagens: interpretando os símbolos binários oferecidos pelo texto que servem para organizar a ação, opondo o "bem" ao "mal", em que, por exemplo, um governo apresentado como "resistindo aos manifestantes" é visto como "bom" e um governo apresentado como "ameaçando os estudantes" é interpretado como "mau". Em relação às ações dos manifestantes, apontam descrições como "violentos", "desregrados", "militantes" (mau), ou "pró-democracia", "pacíficos", "organizados" (bom). A soma desses termos é depois medida em relação a quem se aplicam e em que contexto (Kobland et al., 1992). Utilizando esta abordagem, é possível identificar, codificar adequadamente e quantificar os temas presentes nos artigos. A análise inclui oito variáveis (três intervalares e cinco categóricas ou nominais; Tabela 1 e Tabela 2).

Designação (níveis)	Orientações
Perspetiva do artigo (claramente anti-protesto/neutra/ claramente anti-governo)	Refere-se a qual dos lados é apresentado de forma menos favorável, tendo em conta a análise dos "símbolos binários" (o "bem" vs. o "mal") presentes no texto proposta por Kobland et al. (1992). Exemplos: "protestos violentos causam o caos em Hong Kong" será considerado anti-protesto, pois implica uma intenção violenta (um "mal") por parte dos manifestantes. Por outro lado, "dezenas de estudantes feridos" será considerado anti-governo, pois dá a entender que foi usada força excessiva contra protestantes indefesos. No caso da ausência ou igualdade numérica destes símbolos, a perspetiva será considerada "neutra".
Descrição de ações do governo (pacíficas/neutras/violentas)	Se o governo é apresentado como abordando os protestos de forma pacífica ou como uma força supressora perante os manifestantes (Kobland et al., 1992). Exemplos de ações pacíficas: intenção de dialogar; concessão das exigências dos manifestantes. Exemplos de ações violentas: cargas policiais contra protestantes; protestantes feridos pelas forças oficiais; detenções. Exemplo de ação neutra: o governo não é explicitamente apresentado como abordando os protestos sob alguma das formas supracitadas.
Descrição de comportamentos dos manifestantes (negativa/neutra/positiva)	Se os manifestantes são retratados como protestando de forma pacífica, organizada, numa procura por reforma democrática (forma positiva) ou se são retratados como caóticos, violentos, procurando uma revolução (forma negativa; Kobland et al., 1992). Neutra: protestantes não são explicitamente apresentados como adotando comportamentos positivos ou negativos.

Tabela 1 *Variáveis intervalares e orientações de codificação*

Fonte. Baseado em Du et al. (2018); Kobland et al. (1992)

Designação	Orientações
Causalidade (interna/externa/mista)	Causa/origem dos conflitos. Uma causa interna significa que a origem do conflito é atribuída ao governo ou residentes de Hong Kong, enquanto uma causa externa acusa o governo chinês de estar na origem do conflito. Uma causa mista refere-se a uma atribuição dividida da responsabilidade pela origem do conflito.
Juízo de valor no título (presente/ausente)	Se existe um juízo de valor expresso no título da notícia (e.g., um título, como "Mais de 1.7 Milhões de Pessoas na Rua Lançam o Caos em Hong Kong", será considerado como tendo presente um juízo de valor, representando os manifestantes como caóticos) ou não (e.g., "Protestos Não Esmorecem" que se pauta pela ausência de um juízo de valor).
Responsável pela solução (indivíduos/ governo de Hong Kong/governo central chinês/outro governo/instituições)	A quem é atribuída a responsabilidade de resolver o conflito e aliviar as tensões. Por "instituições" entendem-se organizações, partidos ou outros agrupamentos presentes.
Menção da(s) causa(s) do protesto (presente/ausente)	Se os motivos que conduzem aos protestos (e.g., a nova lei de extradição aplicada pela China a Hong Kong, ou a lei anti-máscara) são mencionados na notícia.
Fontes (apenas governo/apenas pro-movimento/apenas anti-movimento/ equilíbrio/inexistente)	Fontes explicitamente citadas na notícia: tem como objetivo traduzir de que perspetiva a notícia é criada. Equilíbrio: presença de pelo menos duas fontes de diferente origem (e.g., pró-movimento e anti- movimento).

Tabela 2 *Variáveis nominais e orientações de codificação*

Fonte. Baseado em Du et al. (2018)

Das oito variáveis (Tabela 1 e Tabela 2), apenas uma não foi retirada do estudo de Du et al. (2018): a variável "menção da(s) causa(s) do protesto". Esta variável foi introduzida com o intuito de compreender se o aspeto do paradigma do protesto, referente à

falta de menção das causas do protesto, está presente nos jornais em análise. Enquanto a análise de Du et al. (2018) incorpora uma escala que comporta cinco níveis nas variáveis intervalares, o presente estudo considera uma escala de três níveis, de forma a agilizar a análise e reduzir a subjetividade do analista. Tal como em Du et al. (2018), esta escala foi construída de modo a que 0 traduza um valor pró-manifestantes, e 2 um valor pró-governo. Com as variáveis "perspetiva do artigo", "descrição de ações do governo", "descrição de comportamentos dos manifestantes" e "fontes" e atendendo à composição de agenda (Belim, 2014, p. 128), pretende-se responder ao objetivo 1. À variável "fontes" foi adicionado o indicador "inexistente", de modo a apurar se foram, ou não, usadas fontes nas notícias dos jornais em análise. Com as variáveis "causalidade", "menção da(s) causa(s) do protesto", "responsável pela solução", e "juízo de valor no título", pretende-se responder ao objetivo 2. Para responder a este objetivo é usada a abordagem de Entman (1993) ao enquadramento, nomeadamente as quatro funções que os enquadramentos desempenham: definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e indicação da sugestão.

Para conduzir a análise estatística, os dados da codificação foram introduzidos no software SPSS. De forma a detetar diferenças entre os jornais nas variáveis intervalares, é aplicado um teste t para amostras independentes. Para as restantes variáveis categóricas, aplica-se o teste qui-quadrado, que permite analisar diferenças entre grupos nos quais a variável dependente é medida a nível nominal. Esta abordagem é semelhante à utilizada na análise de Du et al. (2018), sendo que o teste ANOVA aplicado pelos autores foi substituído, no presente estudo, pelo teste t, devido à diferença entre o número de grupos em análise.

4. Apresentação dos resultados

4.1. Agenda que Envolve a Representação dos Protestos de Hong Kong no *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias* Entre Março e Novembro de 2019

Em relação às variáveis intervalares, o teste t não revela diferenças estatisticamente significativas em relação à perspetiva do artigo (p = 0,947), à descrição das ações do governo (p = 0,155), ou à descrição de comportamentos dos manifestantes (p = 0,176), como se pode verificar na Tabela 3.

	Média		
	Perspetiva do artigo	Descrição de ações do governo	Descrição de comportamentos dos manifestantes
Jornal de Notícias (N = 67)	0,99	1,40	0,76
Correio da Manhã (N = 71)	0,96	1,44	0,90
Significância	0,947	0,155	0,176

Tabela 3 *T-Test das variáveis intervalares*

A diferença mais notória, sugerida pelos resultados, reside na variável "descrição de comportamentos dos manifestantes", sendo que, no CM, a média referente a esta variável encontra-se mais próxima de 1 (M = 0,90), enquanto no JN se afasta um pouco mais (M = 0,76). Isto sugere que o JN, em relação ao CM, tende ligeiramente mais a descrever os manifestantes de forma negativa (JN: 46,3%; CM: 33,8%; Tabela 4).

		Jornal de Notícias	*Correio da Manhã*	Total
Descrição de comportamentos dos manifestantes	Negativa	31 (46,3%)	24 (33,8%)	55 (39,9%)
	Neutra	21 (31,3%)	30 (42,3%)	51 (37,0%)
	Positiva	15 (22,4%)	17 (23,9%)	32 (23,2%)
Total		67	71	138

Tabela 4 *Descrição de comportamentos dos manifestantes no* Jornal de Notícias, Correio da Manhã *e total*

Em relação à variável "perspetiva do artigo", os resultados sugerem que tanto o JN (M = 0,99) como o CM (M = 0,96) raramente adotam uma perspetiva valorada, posicionando-se de forma neutra. No que toca à variável "descrição de ações do governo", o JN (M = 1,40) e o CM (M = 1,44) estão também em sintonia, tendendo para uma descrição violenta das ações do governo (JN: 55,2%; CM: 52,1%; Tabela 5).

		Jornal de Notícias	*Correio da Manhã*	Total
Descrição de ações do governo	Violentas	37 (55,2%)	37 (52,1%)	74 (53,6%)
	Neutras	20 (29,9%)	28 (39,4%)	48 (34,8%)
	Pacíficas	10 (14,9%)	6 (8,5%)	16 (11,6%)
Total		67	71	138

Tabela 5 *Descrição de* ações do governo no Jornal de Notícias, Correio da Manhã *e total*

Uma interpretação das três variáveis intervalares sugere a descrição de um cenário violento tanto do lado dos manifestantes como do lado do governo por parte de ambos os jornais, sendo que o CM tende a descrever os manifestantes como menos violentos do que o JN, ao passo que este descreve as ações do governo como ligeiramente menos supressivas do que o CM.

Para a variável "fontes", foi usado o teste qui-quadrado, cujo resultado demonstrou uma associação estatística considerável (p = 0,004) entre as variáveis "jornal" e "fonte". Na Tabela 6, podem-se observar as escolhas de fonte por parte de cada jornal, optando mais o JN por um maior equilíbrio entre fontes (38,8%) e o CM pela ausência de fontes. No caso da presença de fonte, nota-se uma preferência por parte do JN em manter um equilíbrio, sendo que 38,8% dos artigos do JN citaram explicitamente pelo menos duas fontes. No caso de ter sido citada explicitamente uma única fonte, o JN optou preferencialmente por fontes anti-movimento (14,9%) e o CM por fontes pró-movimento (21,1%). De forma global, o CM tem uma maior tendência para excluir qualquer fonte explícita, sendo que 40,8% dos seus artigos não apontaram qualquer fonte, divergindo do JN¸ que citou fontes em 74,6% das suas notícias. Somando as variáveis "equilíbrio"

e "apenas pró-movimento", verifica-se que foi dada voz aos ativistas em, pelo menos, 49,2% dos artigos do JN e 32,4% dos artigos do CM.

		Jornal de Notícias	*Correio da Manhã*	Total
Fontes	Equilíbrio	26 (38,8%)	8 (11,3%)	34 (24,6%)
	Apenas pró-movimento	7 (10,4%)	15 (21,1%)	22 (15,9%)
	Apenas anti-movimento	10 (14,9%)	11 (15,5%)	21 (15,2%)
	Apenas governo	7 (10,4%)	8 (11,3%)	15 (10,9%)
	Inexistente	17 (25,4%)	29 (40,8%)	46 (33,3%)
Total		67	71	138

Tabela 6 *Fontes no* Jornal de Notícias, Correio da Manhã *e total*

4.2. Enquadramentos Adotados na Representação dos Protestos de Hong Kong nos Jornais *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias*, Entre Março e Novembro de 2019

Aplicando o teste qui-quadrado e em relação à variável "causalidade", não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa (p = 0,447). Observando a Tabela 7, percebe-se que ambos os jornais apontam uma causalidade interna na grande maioria dos artigos (90,6%), sendo uma causalidade externa atribuída em apenas 8,7% das notícias.

		Jornal de Notícias	*Correio da Manhã*	Total
Causalidade	Mista	1 (1,5%)	0 (0,0%)	1 (0,7%)
	Interna	59 (88,1%)	66 (93,0%)	125 (90,6%)
	Externa	7 (10,4%)	5 (7,0%)	12 (8,7%)
Total		67	71	138

Tabela 7 *Causalidade no* Jornal de Notícias, Correio da Manhã *e total*

Quanto à variável "menção da(s) causa(s) do protesto", o teste qui-quadrado revela uma associação significativa (p < 0,001). Observando a Tabela 8, identificam-se as diferenças: enquanto o JN menciona as causas do protesto em 73,1% das notícias, o CM faz menção às causas do protesto em menos de metade dos artigos (32,4%).

		Jornal de Notícias	*Correio da Manhã*	Total
Menção da(s) causa(s) do protesto	Ausente	18 (26,9%)	48 (67,6%)	66 (47,8%)
	Presente	49 (73,1%)	23 (32,4%)	72 (52,2%)
Total		67	71	138

Tabela 8 *Menção da(s) causa(s) do protesto no* Jornal de Notícias, Correio da Manhã *e total*

No que toca à variável "juízo de valor no título", não existe uma associação estatisticamente significativa (p = 0,130). Ambos os jornais preferem omitir juízos de valor no título, sendo que o CM apresenta juízos de valor em 19,7% dos títulos, enquanto o JN o faz em apenas 10,4% das notícias (Tabela 9).

		Jornal de Notícias	*Correio da Manhã*	Total
Juízo de valor no título	Ausente	60 (89,6%)	57 (80,3%)	117 (84,8%)
	Presente	7 (10,4%)	14 (19,7%)	21 (15,2%)
Total		67	71	138

Tabela 9 *Juízo de valor no título no* Jornal de Notícias, Correio da Manhã *e total*

Finalmente, em relação à variável "responsável pela solução", o teste qui-quadrado não revela uma associação estatisticamente considerável (p = 0,774). Observando a Tabela 10, percebe-se que, novamente, ambos os jornais estão em sintonia, sendo o governo de Hong Kong o principal apontado como responsável pela solução em ambos os jornais (65,9% do total), seguido dos indivíduos (17,4%), outros governos (5,1%) e, finalmente, instituições (2,9%).

		Jornal de Notícias	*Correio da Manhã*	Total
Responsável pela solução	Indivíduos	10 (14,9 %)	14 (19,7%)	24 (17,4%)
	Governo de Hong Kong	44 (65,7%)	47 (66,2%)	91 (65,9%)
	Governo central Chinês	6 (9,0%)	6 (8,5%)	12 (8,7%)
	Outro governo	4 (6,0%)	3 (4,2%)	7 (5,1%)
	Instituições	3 (4,5%)	1 (1,4%)	4 (2,9%)
Total		67	71	138

Tabela 10 *Responsável pela solução no* Jornal de Notícias, Correio da Manhã *e total*

Com base na observação de Lee (2014), de que uma notícia que inclua uma resposta do alvo do protesto tem maior probabilidade de mencionar violência algures no artigo, foi aplicado o teste qui-quadrado às variáveis "fontes" e "descrição de comportamentos dos manifestantes". Este revelou uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis (p = 0,001).

Na presença de um equilíbrio de fontes, a descrição de comportamentos dos manifestantes tende a ser negativa (52,9%). A descrição é, no entanto, mais positiva quando há fontes apenas pró-movimento (40,9%) ou quando não há fontes (32,6%). Fontes pró-movimento tendem, previsivelmente, a gerar descrições positivas dos manifestantes (40,9%), notando-se o inverso quando as fontes incluídas são apenas anti-movimento ou apenas governamentais — estas levam a descrições negativas dos contestatários em 71,4% e 53,3% das vezes, respetivamente. Verificaram-se 0% de descrições positivas dos ativistas em artigos com fontes exclusivamente anti-movimento e 13,6% de descrições

negativas em fontes exclusivamente pró-movimento. Juntando isto à retratação negativa dos autores do protesto quando há um equilíbrio de fontes e de forma neutra quando não há fontes explícitas, pode-se problematizar até que ponto as fontes anti-movimento terão um maior peso na descrição de comportamentos dos manifestantes — Tabela 11.

		Descrição de comportamentos dos manifestantes			Total
		Negativa	Neutra	Positiva	
Fontes	Equilíbrio	18 (52,9%)	10 (29,4%)	6 (17,6%)	34
	Apenas pró-movimento	3 (13,6%)	10 (45,5%)	9 (40,9%)	22
	Apenas anti-movimento	15 (71,4%)	6 (28,6%)	0 (0,0%)	21
	Apenas governo	8 (53,3%)	5 (33,3%)	2 (13,3%)	15
	Inexistente	11 (23,9%)	20 (43,5%)	15 (32,6%)	46
Total		55	51	32	138

Tabela 11 *Cruzamento entre variável "fontes" e variável "descrição de comportamentos dos manifestantes" em ambos os jornais*

O teste qui-quadrado não revelou uma associação estatisticamente considerável entre as variáveis "fontes" e "descrição de ações do governo" (p = 0,190). Independentemente das fontes, as ações do governo nunca são maioritariamente descritas como pacíficas, mesmo quando a única fonte é o próprio governo (Tabela 10). Nos casos em que apenas fontes pró-movimento têm voz, as ações do governo são descritas como violentas em 77,3% dos artigos. Mesmo quando apenas fontes anti-movimento são usadas nas notícias, o governo é descrito como supressor em mais de metade dos artigos (57,1%). Os únicos casos, em que não se observa maioritariamente uma descrição violenta das ações do governo, são quando apenas se invocam fontes exclusivamente governamentais, sendo o governo descrito de forma neutra (40,0% versus 33,3% ações violentas e 26,7% ações pacíficas) — Tabela 12.

		Descrição de ações do governo			Total
		Pacíficas	Neutra	Violentas	
Fontes	Equilíbrio	4 (11,8%)	12 (35,3%)	18 (52,9%)	34
	Apenas pró-movimento	2 (9,1%)	3 (13,6%)	17 (77,3%)	22
	Apenas anti-movimento	2 (9,5%)	7 (33,3%)	12 (57,1%)	21
	Apenas governo	4 (26,7%)	6 (40,0%)	5 (33,3%)	15
	Inexistente	4 (8,7%)	20 (43,5%)	22 (47,8%)	46
Total		16	48	74	138

Tabela 12 *Cruzamento entre variável "fontes" e variável "descrição de ações do governo" em ambos os jornais*

Ao abrigo das observações de Lee (2014) e Boyle et al. (2012), de que ações violentas por parte dos ativistas conduzem a um menor foco nos motivos que espoletam as manifestações, conduziu-se um teste qui-quadrado às variáveis "descrição de comportamentos dos manifestantes" e "menção da(s) causa(s) do protesto". O teste revelou uma associação estatisticamente considerável (p = 0,024).

A probabilidade de as causas dos protestos serem mencionadas é maior quando os manifestantes são descritos como pacíficos (71,9%) — Tabela 13. Curiosamente, nos artigos analisados, a descrição neutra das ações dos manifestantes é a que tem maior relação com a ausência da menção da causa dos protestos (58,8%), mais até que uma descrição negativa (49,1%).

		Menção da(s) causa(s) do protesto		Total
		Ausente	Presente	
Descrição de comportamentos dos manifestantes	Negativa	27 (49,1%)	28 (50,9%)	55
	Neutra	30 (58,8%)	21 (41,2%)	51
	Positiva	9 (28,1%)	23 (71,9%)	32
Total		66	72	138

Tabela 13 *Cruzamento entre variável "descrição de comportamentos dos manifestantes" e variável "menção da(s) causa(s) do protesto" em ambos os jornais*

4. Discussão de Resultados Conclusiva

Os resultados sugerem, de forma global, uma representação semelhante entre ambos os jornais, caracterizada por uma descrição tendencialmente negativa tanto dos manifestantes como das ações do governo, uma característica da descrição de protestos no jornalismo impresso prevista por Pais et al. (2015). Procurou-se perceber se esta semelhança se poderia dever à autoria das peças. Neste sentido, fazendo um apuramento, nota-se que, no caso do CM, 14 são assinadas por jornalistas e, no caso do JN, são nove as peças que identificam o autor nominal. Esta prática indicia a dependência, no que toca a matérias internacionais, de jornais nacionais em relação a agências noticiosas e pode justificar a representação similar entre ambos os jornais. Por exemplo, Shaheen et al. (2021), baseados no conceito de poder mediático e na teoria do imperialismo mediático, procuram saber o nível de dependência de três principais jornais ingleses do Paquistão em relação a agências noticiosas internacionais sobre três questões centrais da fase pós-11 de setembro de 2001. Os autores descobrem uma dependência em mais de 90% e avançam alguns argumentos que justificam a dependência: falta de recursos financeiros, de recursos humanos (número mínimo de correspondentes estrangeiros) e de alcance da cobertura. Também os resultados do estudo de Boumans et al. (2018), sobre o cenário noticioso holandês, sugerem que particularmente as notícias online (como as em análise no presente estudo) são altamente dependentes do conteúdo de agência, sendo a agência responsável por até 75% dos artigos noticiosos online.

Não parece existir, em algum dos jornais, preferência por uma perspetiva particular, como no estudo sobre notícias internacionais, de Du et al. (2018), havendo, no entanto, uma ligeira diferença na seleção de fontes: o JN incluiu fontes em 74,6% das suas notícias — preferindo fontes anti- protesto —, ao passo que o CM apenas optou por fontes em 59,2% das suas notícias — com tendência para selecionar fontes pró-protesto. Isto não sugere necessariamente uma preferência ideológica ou um conservadorismo

inerente ao JN. Não parece ser expressiva a presença da ideologia dominante de que os média de sociedades democráticas se posicionam mais a favor dos manifestantes e críticos das ações tomadas pelo governo de Hong Kong (Du et al., 2018).

Como explicado por Lee (2014), a cobertura de protestos pode ser mais favorável ao seu alvo e, como tal, menos favorável aos autores do protesto, se esse alvo se mostrar disponível e preparado para comunicar com os média. Este resultado não é surpreendente, porque os média tendem a procurar respostas dos alvos dos protestos (Lee, 2014), que, expetavelmente, tomam uma posição anti-protesto. Em relação ao CM, o mesmo pode ser dito: contar o número de fontes protestantes não revela como as suas palavras são representadas nas notícias (Lee, 2014). Mas não nos podemos esquecer que os ativistas dependem dos média para comunicar (Gamson & Wolfsfeld 1993; Lipsky 1968), sabendo-se que a forma como o agendamento e a representação mediáticos do protesto são feitos influencia a apreensão pública do fenómeno.

As causas dos protestos são quase inteiramente atribuídas ao governo ou a indivíduos de Hong Kong, sendo raras as atribuições a elementos externos. É também atribuída a Hong Kong e aos seus cidadãos a responsabilidade pela solução dos protestos. Apesar da influência do governo chinês em Hong Kong, este foi raramente apontado como o causador da tensão vivida no território e raramente lhe foi conferida, em ambos os jornais, a responsabilidade para a resolver. No seu estudo, em jornais no qual o mesmo aconteceu, Du et al. (2018) sugeriram que a influência da intervenção política da China continental, que pode ter permeado os média, motivou a deflexão da responsabilidade ou causalidade dos protestos. Isto ocorreu no jornal baseado na China continental, *People's Daily*, e no sediado em Hong Kong, *Ming Pao Daily*, sendo o primeiro uma plataforma de propaganda do governo chinês, e o segundo, devido à proximidade com a China continental, um jornal que revelou partilhar alguma da sua ideologia (Du et al., 2018). Os jornais em análise não evitaram, no entanto, uma descrição crítica das ações do governo chinês, sendo referido que este aplicou medidas violentas em pouco mais de metade das notícias observadas. Esta descrição tendencialmente negativa tanto do governo (Tabela 5) como, de forma menos acentuada, dos manifestantes (Tabela 4), aliada à neutralidade das perspetivas adotadas (Tabela 3), pode indicar uma tentativa de abordar os protestos de forma imparcial por parte de ambos os jornais. É também um fenómeno previsto em Boyle et al. (2012), que indicaram que a cobertura de protestos que procuram reforma ou mudanças radicais é feita de forma mais crítica e com menor probabilidade de dar voz a manifestantes.

Lee (2014) apontou três características de cobertura jornalística usadas para indicar a presença do paradigma do protesto: (a) ênfase na violência; (b) exclusão das vozes dos manifestantes; (c) partilha de testemunhos primariamente críticos dos protestos. Nesta ótica, tendo em conta os resultados já mencionados em relação à descrição das ações do governo chinês e dos ativistas, pode-se notar alguma ênfase na violência ao retratar os protestos. Tal como Lee (2014) observou, é possível que protestos políticos em Hong Kong tenham maior probabilidade de conter violência. Quanto à exclusão de vozes dos manifestantes, esta pode ser observada em mais de metade dos artigos em

ambos os jornais, sendo particularmente notória no CM¸ no qual apenas 32,2% dos artigos continham fontes pró-protesto. A adoção de testemunhos primariamente críticos dos protestos pode ser observada sobretudo no JN, que, escolhendo dar primazia a uma fonte em particular, tendeu a preferir fontes anti-protesto. Além das três características supracitadas, Lee (2014) indicou também a ausência de menção dos problemas que conduziram aos protestos como um fator associado ao paradigma do protesto. Essa ausência foi verificada particularmente no CM, no qual 67,7% dos artigos não mencionaram as causas motivadoras dos protestos, enquanto o JN apenas as suprimiu em 26,9% dos artigos. Foi também o CM que mais juízos de valor empregou nos títulos das notícias.

Apesar de nenhum dos jornais favorecer qualquer dos lados dos protestos de forma explícita, o JN revelou uma ínfima inclinação anti-protesto sugerida pela sua preferência por fontes anti-protesto e pela descrição mais crítica do comportamento dos manifestantes, ao passo que o CM propende ligeiramente mais na direção pró-protesto, dando mais voz a fontes pró-protesto. Nenhuma destas duas tendências é forte o suficiente para se poder considerar a presença de um favoritismo ideológico, o que se coaduna com a postura ética de imparcialidade de um órgão jornalístico.

Um protesto sem cobertura mediática é um não evento (Gamson & Wolfsfeld, 1993), assumindo-se a lógica de que se o protesto está representado mediaticamente logo existe. De facto, a visibilidade de um protesto depende da sua representação mediática (Kilgo & Harlow, 2019), mas esta pode ser traiçoeira, por poder diminuir um movimento social em vez de o fortalecer (Boykoff, 2007). Cabe aos organizadores do protesto e aos jornalistas reavaliar os meandros desta representação e enquadramento mediáticos, sob pena de contribuírem para retratos desvirtuados da realidade, o que não favorece a essência das causas sob protesto. Atendendo ao prisma da defesa da causa, pode-se recomendar aos manifestantes que invistam no esclarecimento da causa advogada junto de jornalistas, convocando a sua compreensão e até sensibilidade, e que evitem atos violentos, de modo a que a representação mediática do protesto não se ensombre e reduza à violência, apetecível noticiosamente. Sob o prisma da responsabilidade social dos jornalistas, recomenda-se que estes profissionais, conhecendo o paradigma do protesto e a desvantagem para as causas advogadas pelos ativistas, não cedam facilmente à representação da violência em detrimento da pertinência e dos motivos da causa em protesto. Conquistar a empatia pública é uma necessidade dos manifestantes que os média podem satisfazer, robustecendo a posição daqueles (Gamson & Wolfsfeld, 1993). Também a dominação das agências sobre notícias internacionais (e.g., Shaheen et al., 2021) e sobre jornais online é alarmante no contexto da diversidade noticiosa (e.g., Boumans et al., 2018), recomendando-se a construção de peças originais que cultivam a identidade e a política editoriais do jornal e fomentam a variedade das representações, enquadramentos e cobertura noticiosos. Com estes cuidados, os autores do protesto poderão ser ouvidos, contribuindo-se para uma sociedade mediaticamente melhor representada, mais satisfeita, mais justa e mais democrática.

Uma possibilidade de estudo futuro poderá ser o entendimento de como o paradigma do protesto se aplica na representação de protestos em Portugal por jornais

portugueses. Também ser propõe o adensamento de estudos como o presente e o de Du et al. (2018), que tratam da cobertura ocidental de protestos pró-democracia em países estrangeiros.

Referências

Baylor, T. (1996). Media framing of movement protest: The case of the American Indian protest. *The Social Science Journal*, *33*(3), 241–255. https://doi.org/10.1016/S0362-3319(96)90021-X

Belim, C. (2014). Eleições europeias 2014, identidade europeia e "agenda inter-media": O que revelam a imprensa e a televisão nacionais? In M. F. Rollo, J. M. Brandão de Brito, & A. Cunha (Eds.), *As eleições para o parlamento europeu em Portugal* (pp. 125–184). Almedina.

Bell, E., Bryman, A., & Harley, B. (2018). *Business research methods*. Oxford University Press.

Boumans, J., Trilling, D., Vliegenthart, R., & Boomgaarden, H. (2018). The agency makes the (online) news world go round: The impact of news agency content on print and online news. *International Journal of Communication*, *12*, 1768–1789. https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/7109

Boykoff, J. (2007). Limiting dissent: The mechanisms of state repression in the United States. *Social Movement Studies*, *6*(3), 281–310. https://doi.org/10.1080/14742830701666988

Boyle, M., McLeod, D. M., & Armstrong, C. (2012). Adherence to the protest paradigm. *The International Journal of Press/Politics*, *17*(2), 127–144. https://doi.org/10.1177/1940161211433837

Chan, J. M., & Lee, C. C. (1984). The journalistic paradigm on civil protests: A case study of Hong Kong. In A. Arno & W. Dissanayake (Eds.), *The news media in national and international conflict* (pp. 183–202). Westview.

Cheung, H., & Hughes, R. (2019, 12 de junho). *A polêmica lei que levou a novos protestos de rua em Hong Kong*. BBC News. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48614894

Correio da Manhã. (2015, 29 de julho). *Conheça o estatuto editorial do CM*. https://www.cmjornal.pt/mais-cm/lei-da-transparencia/detalhe/estatuto_editorial

Correio da Manhã. (2019, 13 de novembro). CM online é o jornal mais lido na internet e reforça liderança em outubro. *Correio da Manhã*. https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/cm-online-e-o-jornal-mais-lido-na-internet-e-reforca-lideranca-em-outubro

Dardis, F. E. (2006). Marginalization devices in U.S. press coverage of Iraq war protest: A content analysis. *Mass Communication & Society*, *9*(2), 117–135. https://doi.org/10.1207/s15327825mcs0902_1

Donohue, G. A., Tichenor, P. J., & Olien, C. N. (1995). A guard dog perspective on the role of media. *Journal of Communication*, *45*, 115–132. https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1995.tb00732.x

Du, Y. R., Zhu, L., & Yang, F. (2018). A movement of varying faces: How "Occupy Central" was framed in the news in Hong Kong, Taiwan, Mainland China, the UK, and the U.S. *International Journal of Communication*, *12*, 2556–2577. https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/7635

Durães, P. (2022, 28 de fevereiro). APCT: Público e Expresso fecham 2021 com mais circulação paga. No papel nenhum generalista escapa às quebras. *Meios & Publicidade*. https://www.meiosepublicidade.pt/2022/02/apct-publico-e-expresso-fecham-2021-com-mais-circulacao-paga-no-papel-nenhum-generalista-escapa-as-quebras/

Entman, R. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, *43*(4), 51–58. https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x

Entman, R., & Rojecki, A. (1993). Freezing out the public: Elite and media framing of the U.S. antinuclear movement. *Political Communication*, *10*, 155–173. https://doi.org/10.1080/10584609.1993.9962973

Gamson, W. A., & Meyer, D. S. (1996). Framing political opportunity. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp. 275–290). CUP.

Gamson, W. A., & Wolfsfeld, G. (1993). Movements and media as interacting systems. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, *528*, 114–125.

Gandy, O., Jr. (1982). *Beyond agenda-setting: Information subsidies and public policy*. Ablex.

Gans, H. J. (1979). *Deciding what's news: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Pantheon.

Gottlieb, J. (2015). Protest news framing cycle: How the New York Times covered Occupy Wall Street. *International Journal of Communication*, *9*, 231–253. https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2880

Hall, S. (2009). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. The Open University.

Hanna, P., Vanclay, F., Langdon, E. J., & Arts, J. (2016). Conceptualizing social protest and the significance of protest actions to large projects. *The Extractive Industries and Society*, *3*(1), 217–239. https://doi.org/10.1016/j.exis.2015.10.006

Hertog, J., & McLeod, D. M. (1995). Anarchists wreak havoc in downtown Minneapolis: A multilevel study of media coverage of radical protest. *Journalism and Mass Communication Monographs*, *151*, 1–47.

Jornal de Notícias. (s.d.). *Estatuto editorial*. https://www.jn.pt/estatuto-editorial.html

Kilgo, D. K., & Harlow, S. (2019). Protests, media coverage, and a hierarchy of social struggle. *The International Journal of Press/Politics*, *24*(4), 508–530. https://doi.org/10.1177/1940161219853517

Kobland, C., Du, L., & Kwon, J. (1992). Influence of ideology in news reporting case study of *New York Times*' coverage of student demonstrations in China and South Korea. *Asian Journal of Communication*, *2*(2), 64–77. https://doi.org/10.1080/01292989209359549

Kuah-Pearce, K. (2009). *Social movements in China and Hong Kong*. Amsterdam University Press.

Lee, F. (2014). Triggering the protest paradigm: Examining factors affecting news coverage of protests. *International Journal of Communication*, *8*, 5–6. https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2873

Lipsky, M. (1968). Protest as a political resource. *American Political Science Review*, *62*(4), 1144–1158. https://doi.org/10.2307/1953909

Matthes, J. (2009). What's in a frame? A content analysis of media framing studies in the world's leading communication journals, 1990-2005. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, *86*(2), 349–367. https://doi.org/10.1177/107769900908600206

McCarthy, J., Smith, J., & Zald, M. (1996). Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In D. McAdam, J. McCarthy, & M. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp. 291–311). CUP.

McCombs, M., & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, *36*(2), 176–187.

McLeod, D. M., & Detenber, B. H. (1999). Framing effects of television news coverage of social protest. *Journal of Communication*, *49*(3), 3–23. https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02802.x

McLeod, D. M., & Hertog, J. (1992). The manufacture of "public opinion" by reporters: Informal cues for public perceptions of protest groups. *Discourse and Society*, *3*, 259–275. https://doi.org/10.1177/0957926592003003001

McLeod, D. M., & Hertog, J. (1998). Social control and the mass media's role in the regulation of protest groups: The communicative acts perspective. In D. Demers & K. Viswanath (Eds.), *Mass media, social control and social change* (pp. 305–330). Iowa State University Press.

McManus, J. (1990). How local television learns what is news. *Journalism Quarterly*, *67*, 672–683.

Murdock, G. (1981). Political deviance: The press presentation of a militant mass demonstration. In S. Cohen & J. Young (Eds.), *The manufacture of news: Social problems, deviance, and the mass media* (pp. 206–225). Sage.

Olien, C., Tichenor, P., & Donohue, G. (1989). Media coverage and social movements. In C. Salmon (Ed.), *Information campaigns: Balancing social values and social change* (pp. 139–163). Sage.

Oliver, P. E., & Myers, D. J. (1999). How events enter the public sphere: Conflict, location, and sponsorship in local newspaper coverage of public events. *American Journal of Sociology*, *105*(1), 38–87.

ONU News. (2019, 13 de setembro). *Especialistas da ONU pedem à China que respeite direitos de manifestantes*. https://news.un.org/pt/story/2019/09/1686692

Ortiz, I., Burke, S., Berrada, M., & Cortés, H. S. (2022). *World protests: A study of key protest issues in the 21st century*. Palgrave Macmillan.

Pais, L., Felgueiras, S., Rodrigues, A., Santos, J., & Varela, T. (2015). Protesto político e atividade policial: A perceção dos media. *Análise Social*, *216*(3), 494–517. http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_216_a02.pdf

Prieler, M. (2020). Representation. In D. L. Merskin (Ed.), *The Sage international encyclopedia of mass media and society* (pp. 1477–1480). Sage.

Reuters Staff. (2020, 30 de maio). *Timeline: Key dates in Hong Kong's anti-government protests*. Reuters. https://www.reuters.com/article/us-hongkong-protests-timeline/timeline-key-dates-in-hong-kongs-anti-government-protests-idUSKBN23608O

Shaheen, L., Anwar, M. N., & Ishaq, R. (2021). Do international news agencies set the agenda of Pakistani English newspapers? A critical analysis of three English dailies of Pakistan. *Global Mass Communication Studies Review*, *VI*(I), 209–229. https://doi.org/10.31703/gmcr.2021(VI-I).16

Shek, D. T. L. (2020). Protests in Hong Kong (2019–2020): A perspective based on quality of life and well-being. *Applied Research Quality Life*, *15*, 619–635. https://doi.org/10.1007/s11482-020-09825-2

Smith, J., McCarthy, J. D., McPhail, C., & Augustyn, B. (2001). From protest to agenda building: Description bias in media coverage of protest events in Washington, D.C. *Social Forces*, *79*, 1397–1423.

Taylor, A. (2021, 4 de novembro). Why is the world protesting so much? A new study claims to have some answers. *Washington Post*. https://www.washingtonpost.com/world/2021/11/04/protests-global-study/

Taylor, J., & Zhao, Y. (2020, 23 de janeiro). 'A little break': Hong Kong protesters mull tactics as intensity fades. *Hong Kong Free Press*. https://hongkongfp.com/2020/01/23/little-break-hong-kong-protesters-mull-tactics-intensity-fades/

Turk, J. V. (1986). Information subsidies and media content: A study of public relations influence on the news. *Journalism Monographs*, *100*, 1–29.

Weaver, D., & Scacco, J. (2013). Revisiting the protest paradigm. *The International Journal of Press/Politics*, *18*(1), 61–84. https://doi.org/10.1177/1940161212462872

Notas Biográficas

Célia Belim é professora auxiliar em ciências da comunicação no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, lecionando desde 2000. É doutora em ciências da comunicação, mestre em ciência política e pós-graduada em ciência política e estudos islâmicos. Atualmente, desempenha funções de coordenadora executiva do I ciclo de ciências da comunicação. Coordena os projetos *Agendas e Comunicação* e *Comunicar a Saúde*. Tem orientado investigações nos três ciclos de ensino. Tem participado em conferências e tem publicado sobre os seus interesses temáticos. É investigadora do Centro de Administração e Políticas Públicas, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Já recebeu cinco prémios académicos, quatro de investigação.

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9927-8018
Email: cbelim@iscsp.ulisboa.pt
Morada: Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

Artur Simões é licenciado em ciências da comunicação pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. É locutor de rádio e produtor de conteúdo na Cidade FM desde 2017.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5670-7182
Email: artur.nsimoes@gmail.com
Morada: Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

Submetido: 31/03/2022 | Aceite: 04/06/2022

Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.